

**Soares Penido Participações e  
Empreendimentos S.A.**

Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2014 e 2013

## **Conteúdo**

Relatório da administração	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações de resultados abrangentes	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

## **Relatório da administração**

### **Senhores acionistas**

Em cumprimento as determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

São Paulo, 02 junho de 2015.

**A Diretoria**



**KPMG Auditores Independentes**  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
CEP 04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518  
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500  
Fax 55 (11) 3940-1501  
Internet [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Diretores e Acionistas da  
Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

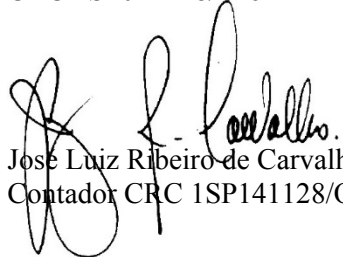
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Ênfase**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7, em dezembro de 2009 foi publicada a Emenda Constitucional 62 (EC 62/09) instituindo novas regras relativas ao pagamento de precatórios federais, estaduais e municipais que está, atualmente, em tramite no Superior Tribunal Federal - STF para julgar sobre a constitucionalidade da forma do pagamento. A controlada Serveng-Civilsan S.A. - Empresas Associadas de Engenharia possui precatórios a receber da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo - SEFAZ no montante de R\$ 295.725 mil, cuja realização financeira desses precatórios depende do sucesso da ação movida por seus assessores jurídicos, do desfecho judicial referente ao ingresso da ação pela SEFAZ perante o Superior Tribunal de Justiça - STJ e a tempestividade do pagamento pelo Estado de São Paulo.

São Paulo, 2 de junho de 2015

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6



José Luiz Ribeiro de Carvalho  
Contador CRC 1SP141128/O-2

## Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

### Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2014	2013	2014	2013
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4a	115.450	63.598	423	14.785
Aplicações financeiras	4b	26.483	29.295	-	-
Contas a receber de clientes	5	462.329	282.486	-	-
Estoques	6	54.779	29.373	-	-
Impostos a recuperar		70.541	42.316	590	448
Despesas antecipadas		11.867	12.855	2.977	1.976
Contas a receber por alienação de investimentos	9	51.881	42.965	51.881	42.965
Outras contas a receber		23.071	35.767	-	-
		<u>816.401</u>	<u>538.655</u>	<u>55.871</u>	<u>60.174</u>
<b>Não circulante</b>					
Contas a receber de clientes	5	60.247	60.247	-	-
Depósitos judiciais	18	25.357	-	1.818	-
Precatórios a receber	7	372.076	571.391	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	16	38.195	38.195	169.546	-
Imóveis a realizar		858	2.778	-	-
Contas a receber por alienação de investimentos	9	3.184	49.710	3.184	49.710
Ativos financeiros	11	932.018	1.073.140	930.442	-
Outros créditos	16	22.929	21.614	-	1.696
		<u>1.454.864</u>	<u>1.817.075</u>	<u>1.104.990</u>	<u>51.406</u>
<b>Investimentos</b>	10	100.445	111.011	1.253.303	2.507.088
<b>Propriedade para investimentos</b>	12	33	119.567	-	-
<b>Imobilizado</b>	13	1.042.038	1.529.042	996	-
<b>Intangível</b>	14	69.278	58.755	6	6
		<u>1.211.794</u>	<u>1.818.375</u>	<u>1.254.305</u>	<u>2.507.094</u>
		<u>3.483.059</u>	<u>4.174.105</u>	<u>2.415.166</u>	<u>2.618.674</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Passivo	Nota	Consolidado		Controladora	
		2014	2013	2014	2013
<b>Circulante</b>					
Fornecedores e subempreiteiros		94.565	101.671	192	91
Debêntures, empréstimos, financiamentos e outros	15	270.503	122.593	192.847	76.812
Impostos e contribuições a recolher	17	57.939	58.088	69	1.498
Salários e férias a pagar		30.536	34.317	-	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar		13.524	11.504	9.750	7.730
Imposto de renda e contribuição social		1.436	2.358	-	33
Outras contas a pagar	19	40.496	62.102	36	-
		<u>508.999</u>	<u>392.633</u>	<u>202.894</u>	<u>86.164</u>
<b>Não circulante</b>					
Debêntures, empréstimos, financiamentos e outros	15	827.485	819.930	223.333	146.666
Impostos e contribuições sociais a recolher	17	18.976	15.610	-	-
Dividendos e Juros sobre capital próprio a pagar		-	5.870	-	5.870
Provisão para contingências	18	37.336	40.137	-	746
Imposto de renda e contribuição social diferido	8	364.916	550.957	280.784	15.707
Receita diferida		20.879	2.668	-	-
Outras contas a pagar	19	46.664	33.028	50.351	50.249
		<u>1.316.256</u>	<u>1.468.200</u>	<u>554.468</u>	<u>219.238</u>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	20	1.012.520	1.100.000	1.012.520	1.100.000
Adiantamento para futuro aumento de capital		6.700	-	6.700	-
Reservas de lucros		544.662	828.923	544.662	828.923
Ajuste de avaliação patrimonial		93.922	384.349	93.922	384.349
		<u>1.657.804</u>	<u>2.313.272</u>	<u>1.657.804</u>	<u>2.313.272</u>
		<u>3.483.059</u>	<u>4.174.105</u>	<u>2.415.166</u>	<u>2.618.674</u>

**Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.**

**Demonstrações de resultados**

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2014	2013	2014	2013
<b>Receita operacional líquida</b>	22	1.418.000	1.262.849	-	-
<b>Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados</b>		(1.250.467)	(1.020.610)	(350)	-
<b>Lucro (prejuízo) bruto</b>		167.533	242.239	(350)	-
<b>Outras (despesas) receitas operacionais</b>					
Administrativas, comerciais e gerais	23	(221.392)	(182.679)	(6.945)	(3.707)
Despesas financeiras	24	(239.278)	(151.143)	(182.193)	(19.350)
Receitas financeiras	24	58.996	59.603	8.335	8.414
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas		(51.408)	36.334	63.551	(430)
		(453.082)	(237.885)	(117.252)	(15.073)
<b>Participação em empresas controladas</b>					
Resultado de equivalência patrimonial	10	(18.664)	9.623	(229.628)	25.425
<b>(Prejuízo) lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		(304.213)	13.977	(347.230)	10.352
Imposto de renda e contribuição social - corrente		(16.037)	(19.679)	-	(158)
Imposto de renda e contribuição social - diferido		34.188	27.712	61.168	11.816
<b>(Prejuízo) lucro do exercício</b>		<b>(286.062)</b>	<b>22.010</b>	<b>(286.062)</b>	<b>22.010</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

## Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

*(Em milhares de Reais)*

	<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>(Prejuízo) Lucro líquido do exercício</b>	<u>(286.062)</u>	<u>22.010</u>	<u>(286.062)</u>	<u>22.010</u>
<b>Resultado abrangente total</b>	<u>(286.062)</u>	<u>22.010</u>	<u>(286.062)</u>	<u>22.010</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



## Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Controladora									
	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reservas de lucros			Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total Controladora	Participação de acionistas não controladores	Total Consolidado
			Reserva de desapropriação	Reserva Legal	Retenção de lucros					
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2013</b>	930.000	34.500	149.644	26.505	779.074	381.171	-	2.300.894	-	2.300.894
Aumento de capital	34.500	(34.500)	-	-	-	-	-	-	-	-
Aumento de Capital com Reserva de Lucros	135.500	-	-	-	(135.500)	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído de ativos de controladas, líquido de tributos diferidos	-	-	-	-	-	3.178	(3.178)	-	-	-
Distribuição de juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	(10.770)	(10.770)	-	(10.770)
Ganho decorrente de variação de participação em controlada em conjunto	-	-	-	-	-	-	1.138	1.138	-	1.138
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	22.010	22.010	-	22.010
Proposta de destinação do lucro líquido e lucros acumulados à AGO:										
Reserva Legal	-	-	-	1.100	-	-	(1.100)	-	-	-
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	8.100	-	(8.100)	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<u>1.100.000</u>	<u>-</u>	<u>149.644</u>	<u>27.605</u>	<u>651.674</u>	<u>384.349</u>	<u>-</u>	<u>2.313.272</u>	<u>-</u>	<u>2.313.272</u>
Aumento de capital	-	6.700	-	-	-	-	-	6.700	-	6.700
Cisão parcial conforme laudo de 24/12/2014	(87.480)	-	-	-	-	(266.331)	-	(353.811)	-	(353.811)
Perda decorrente de variação PL AAP	-	-	-	-	-	(23.877)	-	(23.877)	-	(23.877)
Realização do custo atribuído de ativos, líquido de tributos diferidos	-	-	-	-	-	(219)	219	-	-	-
Ganho decorrente de variação PL Corumbá	-	-	-	-	-	-	1.613	1.613	-	1.613
Perda decorrente de variação participação investimentos	-	-	-	-	-	-	(77)	(77)	-	(77)
Ajuste de equivalência patrimonial 2013	-	-	-	-	-	-	46	46	-	46
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	(286.062)	(286.062)	-	(286.062)
Absorção de prejuízos acumulados com reservas de lucros	-	-	-	-	(284.261)	-	284.261	-	-	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<u>1.012.520</u>	<u>6.700</u>	<u>149.644</u>	<u>27.605</u>	<u>367.413</u>	<u>93.922</u>	<u>-</u>	<u>1.657.804</u>	<u>-</u>	<u>1.657.804</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Soares Penido Participações e Empreendimentos S/A

## Demonstração dos fluxos de caixa - Método Indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>				
<b>(Prejuízo) Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social</b>	(286.062)	22.010	(286.062)	22.010
<b>Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais:</b>				
(Reversão) provisão para perdas com estoques e outros	-	(7.769)	-	-
Juros e variações monetárias	82.127	27.514	28.454	18.261
Constituição (reversão) provisão para devedores duvidosos e ajuste a valor presente de contas a receber	3.644	5.737	(3.638)	2.293
Juros e variações monetárias sobre precatórios a receber	198.988	-	-	-
Depreciação e amortização	63.401	33.364	332	-
Constituição (reversão) de provisão para contingências	1.588	(5.837)	(1.010)	(130)
Custo residual do ativo imobilizado e da propriedade para investimentos baixado	1.033	5.358	-	-
Custo do investimento alienado	-	(7.854)	-	-
Perda na variação do valor justo de investimentos e propriedade para investimentos	141.122	102.654	146.721	-
Variação % participação de investimento	(18.453)	-	(18.453)	-
Imposto de renda e contribuição social	(18.152)	(8.033)	(61.168)	(11.658)
Equivalência patrimonial	18.664	(9.623)	229.628	(25.425)
	<u>187.900</u>	<u>157.521</u>	<u>34.804</u>	<u>5.351</u>
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Contas a receber	(102.119)	(79.421)	-	-
Estoques	(25.406)	6.296	-	-
Precatórios a receber	327	21.634	-	-
Impostos a recuperar	(28.343)	(9.702)	(143)	(1)
Redução de partes relacionadas - ativo	8.959	(14.652)	1.696	(1.696)
Imóveis a comercializar	1.920	6.315	-	-
Despesas antecipadas	1.041	(2.119)	(999)	(1.977)
Contas a receber por alienação de investimentos	45.330	30.568	45.330	30.568
Depósitos judiciais	(29.741)	-	(1.554)	-
Outras contas a receber	(3.605)	(13.196)	1	-
<b>Variações nos ativos e passivos</b>				
Fornecedores	(6.285)	19.776	101	(3.548)
Impostos e encargos sociais a recolher	3.305	1.782	(1.429)	-
Salários e férias a pagar	(3.245)	(3.882)	-	984
Receita diferida	19.699	(8.776)	-	-
Partes relacionadas - passivo	(1.259)	1.418	36	-
Participações em consórcios	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social pagos	(16.957)	(20.725)	(33)	(125)
Contas a pagar	(6.802)	(36.867)	(2)	(2.009)
	<u>44.719</u>	<u>55.970</u>	<u>77.808</u>	<u>27.547</u>
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>				
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimentos</b>				
Aplicações financeiras	(2.812)	187.497	-	-
Aquisição de ativo imobilizado	(100.511)	(454.415)	-	-
Aumento de participação em controladas e SCPs	(1.041)	(3.612)	(44)	(102.196)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	(255.246)	-
Recebimentos de dividendos de controladas	-	-	-	73.900
Aumento de caixa e equivalentes de caixa decorrente de ganho de participação em controladas em conjunto	-	-	-	-
Aumento / diminuição do ativo intangível	(492)	(5.650)	-	-
	<u>(104.856)</u>	<u>(276.180)</u>	<u>(255.290)</u>	<u>(28.296)</u>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento</b>				
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamentos</b>				
Adiantamento para futuro aumento de capital	6.700	-	6.700	-
Mutuo com partes relacionadas	103	-	103	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures:	-	-	-	-
Captações	410.473	425.740	265.000	220.566
Pagamento do principal e juros	(287.242)	(227.499)	(104.833)	(198.643)
Pagamento de dividendos e antecipações de lucros	(18.045)	(15.407)	(3.850)	(16.319)
	<u>111.989</u>	<u>182.834</u>	<u>163.120</u>	<u>5.604</u>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>				
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>				
	<u>51.852</u>	<u>(37.376)</u>	<u>(14.362)</u>	<u>4.855</u>
<b>Demonstração da redução do caixa e equivalentes de caixa</b>				
No início do exercício	63.598	100.974	14.785	9.930
No fim do exercício	<u>115.450</u>	<u>63.598</u>	<u>423</u>	<u>14.785</u>
<b>Aumento (redução) do caixa e equivalentes de caixa</b>				
	<u>51.852</u>	<u>(37.376)</u>	<u>(14.362)</u>	<u>4.855</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

A Soares Penido Participações e Empreendimentos S.A. (Companhia) atua exclusivamente como uma empresa de participação (Holding) de capital nacional fechado e tem a finalidade de unificar a gestão das empresas em que participa ou controla, além de consolidar e maximizar os benefícios decorrentes desta unificação.

A Companhia controla a Serveng-Civilsan S.A. Empresas Associadas de Engenharia (Serveng), que explora as seguintes atividades: **(i)** Construção Civil - segmentos de construção pesada, terraplenagem, pavimentação e construção civil; **(ii)** Mineração - produção e comercialização de pedras britadas, massa asfáltica, artefatos de concreto e outros minerais; **(iii)** Dragagem; e **(iv)** Concessão de Serviços Públicos - principalmente geração e comercialização de energia, incluindo energia eólica; e também controla a Serveng Transportes Ltda., que explora os serviços de transportes de passageiros no âmbito metropolitano da Grande São Paulo (Airport Bus Service) ligando o Aeroporto Internacional de Guarulhos e o Aeroporto de Congonhas a diversos pontos da cidade de São Paulo.

### **2 Base de preparação e resumo das principais práticas contábeis**

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão resumidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando mencionado em contrário.

#### **2.1 Base de preparação**

##### **a. Declaração de conformidade com relação às normas do CPC**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 02 de junho de 2015.

##### **b. Base de mensuração**

As demonstrações financeiras foram elaboradas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir o custo atribuído de imobilizado, o valor justo de ativos classificados como propriedades para investimentos na data de transição para o CPC, o valor justo de determinadas participações societárias mantidas em companhias abertas e os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

##### **c. Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo possível, exceto quando indicado de outra forma.

**d. *Uso de estimativas e julgamentos***

A preparação dessas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC exige que a administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistos periodicamente. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas.

As informações sobre incertezas sobre as premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em ajuste material dentro dos próximos exercícios sociais estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Provisão para devedores duvidosos;
- Nota 8 - Impostos Diferidos;
- Nota 11 - Ativos financeiros; e
- Nota 12 - Propriedade para investimento.
- Nota 13 - Revisão da vida útil do imobilizado;
- Nota 14 - Recuperabilidade de ágio;
- Nota 18 - Provisão para contingências - consolidado;

**2.2 Descrição das principais práticas contábeis**

**a. *Instrumentos financeiros***

**(i) *Ativos financeiros não derivativos***

A Companhia e suas controladas reconhecem os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros, incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado, são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia e/ou suas controladas se tornam uma das partes das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas não reconhecem um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia e suas controladas transferem os direitos ao reconhecimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia e suas controladas nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia e suas controladas tenham o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Os principais ativos reconhecidos na Companhia e suas controladas são: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, partes relacionadas, precatórios a receber e outros recebíveis.

- (ii) *Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado*  
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia e suas controladas gerenciam tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos de transação, depois do reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e, mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.
- (iii) *Empréstimos e recebíveis*  
São ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados em um mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método de juros efetivos, diminuídos por perdas por redução do valor recuperável.
- (iv) *Passivos financeiros não derivativos*  
A Companhia e suas controladas reconhecem os passivos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia e suas controladas baixam um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.
- A Companhia e suas controladas têm os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar. Tais passivos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer outros custos de transação atribuíveis. Depois do reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos.
- (v) *Instrumentos financeiros derivativos*  
A Companhia não contratou operações de instrumentos financeiros derivativos nos exercícios de 2014 e 2013.
- (vi) *Categoria dos instrumentos financeiros*  
Os instrumentos financeiros estão classificados em: Empréstimos e recebíveis (*caixa e equivalente de caixa, contas a receber de clientes e outras contas a receber de clientes*), Valor justo por meio do resultado (*aplicações financeiras e ativos financeiros*) e Custo amortizado (*fornecedores e subempreiteiros, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar*).
- b. Caixa e equivalentes de caixa**  
Incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, investimentos financeiros de curto prazo de alta liquidez com vencimentos inferiores a 90 dias e com risco insignificante de mudança de valor de mercado.

**c. Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são registradas pelos valores relacionados com as medições de serviços a faturar e valores efetivamente faturados, os quais incluem os respectivos impostos. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

O cálculo do valor presente é efetuado para cada transação com base numa taxa de juros que reflete o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida dos ajustes a valor presente de contas a receber é feita na receita bruta no resultado. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e é apropriada com base nos métodos do custo amortizado e da taxa de juros efetiva ao longo do prazo de vencimento da transação.

**d. Estoques**

Os estoques de matéria-prima, materiais auxiliares e outros estoques são avaliados e demonstrados ao custo médio de compra, inferiores ao custo de reposição ou aos valores de realização. Os estoques de produtos acabados são formados pelos custos de matéria-prima aplicada, mão-de-obra direta, outros custos diretos e gastos gerais de fabricação relacionados, sempre considerando a capacidade normal de produção, e estão apresentados por valores inferiores ao preço líquido de realização.

**e. Ativos arrendados**

• *Arrendamento mercantil operacional*

Os pagamentos efetuados sob um contrato de arrendamento operacional são reconhecidos nos resultados dos exercícios em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

• *Arrendamento mercantil financeiro*

Determinados contratos de arrendamento mercantil transferem substancialmente para a Companhia os riscos e benefícios inerentes à propriedade de um ativo. Esses contratos são caracterizados como contratos de arrendamento financeiro e os ativos são reconhecidos pelo valor justo ou pelo valor presente dos pagamentos mínimos previstos em contrato, dos dois o menor. Os bens reconhecidos como ativos são depreciados pelas taxas de depreciação aplicáveis a cada grupo de ativo e/ou prazo de concessão, dos dois o menor. Os encargos financeiros relativos aos contratos de arrendamento financeiro são apropriados ao resultado ao longo do prazo do contrato, com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva.

**f. Imóveis a comercializar**

Representado substancialmente por terrenos mantidos para futuras incorporações imobiliárias, os quais estão demonstrados ao custo de aquisição acrescido de despesas necessárias à sua legalização, estando demonstrado como ativo não-circulante em função da expectativa de prazo de lançamento ultrapassar o período de doze meses da data do balanço.

**g. Participações em consórcios**

As participações em consórcios são reconhecidas linha a linha no balanço patrimonial e no resultado do exercício de acordo com o percentual de participação mantido em cada consórcio. A provisão para perdas com encerramento de consórcios, quando aplicável, é reconhecida no passivo circulante.

***h. Depósitos judiciais***

Os depósitos em juízo, que representam ativos restritos da Companhia e suas controladas, são relacionados a quantias depositadas e mantidas em juízo até a resolução das questões legais relacionadas. Estes depósitos são mensurados pelo custo amortizado. Nos casos em que há provisão para contingências, as mesmas são apresentadas deduzidas dos respectivos depósitos judiciais.

***i. Investimentos***

Os investimentos em controladas e coligadas com participação no capital votante superior a 20% ou com influência significativa e em demais sociedades que fazem parte de um mesmo grupo ou que estejam sob controle comum são avaliadas por equivalência patrimonial.

Investimentos mensurados ao valor justo estão compostos por ações negociadas em Bolsa de Valores, as quais foram avaliadas ao mercado pelo preço da ação negociada na data do encerramento do exercício.

Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

***j. Ativos e passivos disponíveis para distribuição aos sócios***

Ativos e passivos disponíveis a distribuição são classificados como mantidos para distribuição quando for provável que serão distribuídos aos sócios ao invés do uso contínuo dos bens. A partir de então, os ativos, ou o grupo de ativos mantidos para distribuição, são mensurados pelo menor valor entre o seu valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda.

***k. Propriedade para investimentos***

São as propriedades em que se esperam benefícios econômicos contínuos e permanentes, representado pelos imóveis destinados a renda, e são inicialmente demonstrados pelo custo de formação, que inclui o custo do terreno e demais custos de construção. Quando a fase de construção encontra-se concluída, a Companhia e suas controladas passam a avaliar o ativo pelo seu valor justo baseado no método do fluxo de caixa descontado ou pelo valor de mercado das propriedades que busca refletir as condições de mercado deste ativo na data do balanço. Ganhos ou perdas resultantes de variações do valor justo das propriedades para investimento são alocados na demonstração do resultado no exercício que forem identificados.

***l. Imobilizado***

Os bens integrantes do ativo imobilizado, representados por ativos tangíveis, foram inicialmente registrados ao custo de aquisição, formação ou construção, deduzido da respectiva depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente. Os terrenos não estão sujeitos a depreciação.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos obtidos com a venda do ativo em relação ao seu valor contábil registrado na data da alienação, e são reconhecidos como “Outras Receitas Operacionais” na demonstração do resultado.

**m. Intangível**

Os ativos intangíveis são bens incorpóreos, identificáveis, sob o controle da Companhia e de suas controladas e que geram benefícios econômicos futuros.

Os ativos intangíveis adquiridos são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. O custo de ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios corresponde ao valor justo da data de aquisição. Depois do reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável, quando aplicável.

Ativos intangíveis gerados internamente não são capitalizáveis e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido.

A vida útil do ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Os ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indício de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização de um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A Companhia e suas controladas registram neste grupo o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura.

Os direitos contratuais relacionados com contratos de comercialização, licenças de instalação, licenças de uso de software, gastos pré-operacionais, marcas e patentes e outros são demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o período em que são utilizados.

Os direitos contratuais relacionados com a outorga inicial e o ativo intangível relacionado com obras de melhorias de concessão de rodovias estão demonstrados ao custo histórico de formação e/ou aquisição, sendo amortizados linearmente de acordo com o período concedido pelo Poder Concedente para exploração da concessão.

Os direitos de lavra de jazidas foram mensurados ao custo de formação e a exaustão está sendo calculada com base na quantidade de brita extraída em relação a possança da mina, limitando-se ao saldo registrado no custo de formação dessas jazidas.

**n. Redução ao valor recuperável**

O imobilizado e o intangível têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor. Quando aplicável, o *ágio pago sobre rentabilidade futura* e os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente independentemente de haver indicadores de perda de valor.



***o. Contas a pagar a fornecedores***

Contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios e são classificadas como passivo circulantes se a obrigação devida tiver vencimento inferior ao prazo de doze meses da data do balanço. Os valores são registrados inicialmente pelo valor da fatura ou nota fiscal correspondente, que se aproxima substancialmente de seu valor justo.

***p. Empréstimos e financiamentos***

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor da transação, abrangendo o valor original do recurso obtido com a instituição financeira acrescida de eventuais custos de transação, e, subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. As despesas com juros são reconhecidas com base no método da taxa de juros efetiva e incluídas em despesas financeiras. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo no prazo superior de doze meses a contar da data de encerramento do balanço.

***(i) Capitalização dos custos dos empréstimos***

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção de acordo com o CPC 20 (R1) - Custos de empréstimos.

***(ii) Custo de transação na emissão de títulos de dívida***

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a taxa interna de retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

***q. Provisões***

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, possuem uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e for mais provável que não que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para contingências são reconhecidas contabilmente sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos financeiros necessários à liquidação das obrigações e, também, quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando-se em conta a posição dos assessores jurídicos da Companhia e de suas controladas. Essas provisões são atualizadas periodicamente.

***r. Imposto de renda e contribuição social***

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e de 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram, quando aplicável, a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e quaisquer ajustes aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

Impostos diferidos representam os créditos e débitos sobre prejuízos fiscais de IRPJ e base negativa de CSLL, bem como diferenças temporárias entre a base tributária e contábil, mensurados às alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas se reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras. Os ativos e passivos diferidos são classificados no balanço patrimonial como não-circulante.

A despesa de imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. O imposto de renda e a contribuição social corrente e diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sob a mesma entidade tributável.

**s. *Outros passivos circulantes e não circulantes***

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

**t. *Capital social, reservas, dividendos e ajuste de avaliação patrimonial***

O capital social está composto em sua totalidade por ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

A reserva de desapropriação decorre de recursos líquidos recebidos ou apropriados por desapropriação de terras.

A reserva legal é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

De acordo com o estatuto social, os dividendos são reconhecidos no passivo no exercício em que são propostos pela administração e aprovados pela assembleia geral de acionistas.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para os lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação e/ou depreciação dos ativos a que elas se referem.

**u. *Reconhecimento da receita***

**(i) *Receita de vendas e serviços***

A receita bruta de vendas e serviços compreende o valor justo da contraprestação recebida pela comercialização de produtos ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia.

Inicialmente a receita é apresentada pelo valor bruto, e, subsequentemente, deduzidas dos tributos incidentes sobre as vendas, abatimentos, devoluções e descontos comerciais, bem como das eliminações das vendas entre empresas relacionadas.

A receita de serviços prestados relacionados aos contratos de construção é determinada por meio de medições dos trabalhos realizados, normalmente documentadas em planilhas de medições que substanciam o estágio de conclusão do serviço na data de encerramento das demonstrações financeiras. A receita do contrato de construção compreende o valor inicial acordado com o cliente, acrescido de variações decorrentes de solicitações adicionais, as reclamações e os pagamentos de incentivos contratuais, na condição em que seja provável que elas resultem em receitas e possam ser mensuradas de forma confiável. Na prática, a Companhia reconhece a receita dos contratos de construção baseada em relatório de medição previamente aprovado pelo cliente e, desde que exista um contrato firmado entre as partes.

A receita de venda de produtos é reconhecida contabilmente no momento que ocorre a transferência ao comprador dos riscos significativos e os benefícios de propriedade das mercadorias.

A receita bruta de serviços de transportes compreende o valor justo da contraprestação recebida pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. A receita é apresentada pelo valor bruto no momento em que o usuário apresenta o bilhete de passagem necessário à realização da viagem e, subsequentemente, deduzida dos tributos incidentes sobre as vendas, abatimentos, devoluções e descontos comerciais.

A receita de pedágio é reconhecida quando da utilização por usuários das rodovias e pontes administradas. Uma receita não é reconhecida quando há uma incerteza significativa na sua realização.

As receitas de locação são reconhecidas no resultado quando efetivamente incorridas.

(ii) *Receita financeira*

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros.

v. *Novas normas e interpretações ainda não adotadas*

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações são efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2015, e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras individuais. Aquelas que podem ser relevante para a Empresa estão mencionadas abaixo. A Administração não planeja adotar esta norma de forma antecipada.

*IFRS 9 Financial Instruments (Instrumentos Financeiros)*

A IFRS 9, publicada em julho de 2014, substituiu as orientações existentes na IAS 39 *Financial Instruments: Recognition and Measurement* (Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração). A IFRS 9 inclui orientação revista sobre a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, incluindo um novo modelo de perda esperada de crédito para o cálculo de redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

A IFRS 9 é efetiva para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida.

*IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)*

A IFRS 15 exige uma entidade a reconhecer o montante da receita refletindo a contraprestação que elas esperam receber em troca do controle desses bens ou serviços. A nova norma vai substituir a maior parte da orientação detalhada sobre o reconhecimento de receita que existe atualmente em IFRS quando a nova norma for adotada. A nova norma é aplicável a partir de ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida pela IFRS. A norma poderá ser adotada de forma retrospectiva, utilizando uma abordagem de efeitos cumulativos. A Empresa está avaliando os efeitos que o IFRS 15 vai ter nas demonstrações financeiras e nas suas divulgações.

A Companhia ainda não escolheu o método de transição para a nova norma nem determinou os efeitos da nova norma nos relatórios financeiros atuais.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes as estas normas.

### 3 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Controladora e de suas controladas e controladas com controle compartilhado, conforme detalhado a seguir:

Empresas	Tipo de controle	Participação	
		2014	2013
Serveng-Civilsan S.A. Empr. Assoc. de Engenharia	Integral - Direto	100,00%	100,00%
Serveng Transportes Ltda.	Integral - Direto	100,00%	100,00%
Serveng Energias Renováveis S.A. (a)	Integral - Direto	100,00%	100,00%
Eolicabras S.A.(a)	Integral - Direto	100,00%	100,00%
Santa Cruz Rodovias S.A. (b)	Integral - Indireto	100,00%	100,00%
Dragaport Engenharia Ltda.	Integral - Indireto	100,00%	100,00%
Ventos Potiguares Geradora de Energia S.A.	Integral - Indireto	100,00%	100,00%
Serramar Parque Shopping Ltda.	Integral - Indireto	-	100,00%
Serveng Mineração Balsas Ltda.	Integral - Indireto	100,00%	100,00%
Corumbá Concessões S.A.	Compartilhado - Indireto	22,93%	22,93%
Energia Potiguar Geradora Eólica	Integral - Indireto	99,98%	99,98%
Torres de Pedra Geradora Eólica	Integral - Indireto	99,98%	99,98%
Ponta do Vento Leste Geradora Eólica	Integral - Indireto	99,98%	99,98%
Torres de São Miguel Geradora Eólica	Integral - Indireto	99,97%	99,97%
Morro dos Ventos Geradora Eólica	Integral - Indireto	99,98%	99,98%
Canto da Ilha Geradora Eólica	Integral - Indireto	99,97%	99,97%
Campina Potiguar Geradora Eólica	Integral - Indireto	99,97%	99,97%
Esquina dos Ventos Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	99,97%	99,97%
Ilha dos Ventos Geradora Eólica	Integral - Indireto	99,96%	99,96%
Pontal do Nordeste Geradora Eólica	Integral - Indireto	99,97%	99,97%
Nossa Casa Engenharia Ltda.	Integral - Indireto	50,00%	50,00%
Ventos Fortes Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	100,00%	100,00%
SM Geração de Energia Eólica (a)	Integral - Indireto	100,00%	100,00%
Ventos Parazinhenses Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	99,99%	99,99%
Folha Larga Potiguar Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	99,99%	99,99%
Agreste Potiguar Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	99,99%	99,99%
Ventos do Santo Antonio Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	99,99%	99,99%
Forte do Canto de Baixa Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	99,99%	99,99%
Ventos do Canto de Baixo Geradora Eólica (a)	Integral - Indireto	99,99%	99,99%

- (a) Empresas pré-operacionais.
- (b) Concessão encerrada em Maio de 2013. Os ativos retornaram ao Poder Concedente.

Os exercícios sociais das controladas e controladas com controle compartilhado, incluídas na consolidação, são coincidentes com os da Controladora e suas práticas contábeis são uniformes.

### **Descrição dos principais procedimentos de consolidação**

- a. Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- b. Eliminação das participações no capital e reservas de lucros das empresas controladas e controladas com controle compartilhado;
- c. Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de lucros não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas;
- d. Os saldos das transações intercompanhias de controladas com controle compartilhado foram eliminados e as participações que cabem aos demais acionistas foram destacadas no balanço patrimonial.

Também foram consolidadas as participações mantidas pela controlada Serveng em sociedades em conta de participação e consórcios

## **4 Caixa e equivalentes de caixa**

### **a. Caixa e equivalentes de caixa**

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Caixa e bancos	21.887	33.528	423	2
Aplicações financeiras diversas	93.563	30.070	-	14.783
	115.450	63.598	423	14.785

### **b. Aplicações financeiras**

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Aplicações Financeiras	26.483	29.295	-	-

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, são remuneradas substancialmente de acordo com índices que tenham como meta alcançar a variação média do Certificado Depósito Interbancário – 104,1 % a.a. em 2014, (102,7 % a.a. em 2013).

Os recursos classificados pela Administração na rubrica “Aplicações financeiras” se tratam das aplicações financeiras registradas nas empresas do projeto eólico que serão utilizados durante a construção do complexo eólico. Os demais recursos foram classificados na rubrica “Caixa e equivalentes de caixa” por serem considerados como ativos financeiros de curto prazo e alta liquidez.

## 5 Contas a receber de clientes

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Valores faturados para terceiros	318.851	282.674
Medições a faturar	122.589	69.130
Valores faturados para partes relacionadas	96.395	9.555
Outros	10.851	-
Ajuste a valor presente	(2.258)	(2.258)
Provisão para devedores duvidosos	(23.852)	(16.368)
	<b>522.576</b>	<b>342.733</b>
Total		
Circulante	462.329	282.486
Não circulante	60.247	60.247

## 6 Estoques

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Produtos acabados	13.481	8.943
Matéria-prima	490	-
Outros estoques para consumo e manutenção	40.808	20.430
	<b>54.779</b>	<b>29.373</b>

## 7 Precatórios a receber

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<b>Valor bruto</b>		
Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (a)	295.725	499.787
DER/SP (b)	25.107	23.447
Outros (c)	51.244	48.157
	<b>372.076</b>	<b>571.391</b>

### **Emenda Constitucional 62/09**

Em dezembro de 2009 foi publicada a Emenda Constitucional 62 (EC 62/09) instituindo as novas regras relativas ao pagamento devido pelas Fazendas Públicas Federal, Distrital, Estaduais e Municipais, decorrente de decisão judicial transitada em julgado.

Cumprindo a determinação da EC 62/09, o Governo do Estado de São Paulo, principal devedor dos precatórios registrados pela controlada Serveng (ver itens a e b), por meio do Decreto nº 55.300/09, optou pelo Regime Especial por depósito mensal para pagamento de seus precatórios judiciais da administração direta e indireta, ficando incluídos em tal regime os precatórios que ora se encontram pendentes de pagamento e os que vierem a ser emitidos durante a sua vigência. Assim, para pagamento dos precatórios vencidos e a vencer, as Unidades Públicas Devedoras Estaduais depositarão, mensalmente, 1/12 (um doze avos) do valor correspondente a 1,5% (um e meio por cento) da receita corrente líquida apurada no segundo mês anterior ao mês do depósito.

Em 14 de março de 2013, o Supremo Tribunal Federal (STF), por maioria, julgou parcialmente procedentes as Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs) 4357 e 4425 para declarar a inconstitucionalidade de parte da Emenda Constitucional 62/2009, que instituiu o novo regime especial de pagamento de precatórios. Com a decisão, foram declarados inconstitucionais dispositivos do artigo 100 da Constituição Federal, que institui regras gerais para precatórios, e integralmente inconstitucional o artigo 97 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT), que cria o regime especial de pagamento.

A decisão do Plenário do STF ainda não foi publicada, mas quando ocorrer, deverá esclarecer através do instituto da modulação, o tratamento dos créditos precatórios pendentes de pagamento. A princípio deverá prevalecer regra anterior a vigência da EC 62/09.

### **Composição dos Precatórios a Receber**

- (a) O precatório a receber da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo (SEFAZ-SP), cedido pela Companhia à controlada Serveng, representado pelo Ofício Requisitório nº 356/NER/83, Ordem Cronológica 410/97, refere-se à desapropriação de terras situada na Serra do Mar, e está demonstrado pelo montante definido judicialmente, atualizado monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009, pela variação da caderneta de poupança.

No decorrer de 2005 a SEFAZ-SP ingressou com um pedido de Ação Rescisória perante o Superior Tribunal de Justiça (STJ) visando rediscutir o valor da indenização, pedido esse aguardando julgamento pelo STJ. O Governo do Estado de São Paulo, ante ao empenho da empresa para receber o valor do precatório, obteve o deferimento de medida liminar na Ação Rescisória para suspender o pagamento perante o Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, tornando ineficaz o Pedido de Sequestro proposto pela empresa. Por força da EC 62/2009 a atualização dos valores pendentes de pagamento serão corrigidos pelo índice da caderneta de poupança (juros + TR). Os assessores jurídicos entendem serem boas as chances da Companhia receber o valor do Precatório.

- (b) O precatório a receber do DER/SP está relacionado a contratos de obras com créditos vencidos, emitidos a favor da controlada Serveng em 1997, para ser pago em dez parcelas anuais a partir de dezembro de 2001, vencendo a última parcela em 31 de dezembro de 2010. O saldo remanescente está demonstrado pelo montante definido judicialmente, atualizado monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009, pela variação da caderneta de poupança.
- (c) Outros precatórios a receber estão relacionados principalmente com contratos de obras executadas pela controlada Serveng para diversas prefeituras com créditos vencidos, destacadamente com as prefeituras municipais de Guaratinguetá, Cotia, Guarulhos e outras, atualizados monetariamente até novembro de 2009 por índices de atualização e juros definidos judicialmente e, a partir de dezembro de 2009 pela variação da caderneta de poupança.

Em razão do recente julgamento ocorrido em 14/03/2013, cujo acórdão ainda não publicado, e como consequência a indefinição das regras que serão aplicadas aos pagamentos de precatórios pelo Tribunal de Justiça de São Paulo e/ou Governo do Estado de São Paulo e demais entes devedores da administração pública, a Administração optou por manter registrado no ativo não-circulante a totalidade dos valores a receber de precatórios, até que haja uma posição em definitiva em relação aos efeitos do julgamento por parte do STF quanto a inconstitucionalidade da EC 62/09 e o tratamento que deverão ter os créditos decorrentes de precatórios.

## 8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Ativo	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Diferenças temporárias	28.672	20.542	1.865	1.650
Prejuízos fiscais	5.418	7.225	5.418	6.139
<b>Total diferido ativo</b>	<b>34.090</b>	<b>27.767</b>	<b>7.283</b>	<b>7.789</b>
<b>Passivo</b>				
Imposto de renda e contribuição social diferidos:				
Valor justo de investimentos e outros ajustes de adaptação ao CPC	350.619	351.018	276.586	-
Exclusões temporárias de órgãos públicos	23.015	141.579	-	-
Lucro na venda parcial da controlada Pássaro Marron	8.193	23.496	8.193	23.496
Outras exclusões	17.179	62.631	3.288	-
<b>Total diferido passivo</b>	<b>399.006</b>	<b>578.724</b>	<b>288.067</b>	<b>23.496</b>
<b>Total do imposto de renda e contribuição social diferido</b>	<b>364.916</b>	<b>550.957</b>	<b>280.784</b>	<b>15.707</b>

Demonstração de resultado	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Corrente:				
Imposto de renda	(11.602)	(14.756)	-	(110)
Contribuição social	(4.435)	(4.923)	-	(48)
	<b>(16.037)</b>	<b>(19.679)</b>	<b>-</b>	<b>(158)</b>
Diferido:				
Imposto de renda	25.121	39.817	44.843	8.688
Contribuição social	9.067	14.556	16.325	3.128
	<b>34.188</b>	<b>54.373</b>	<b>61.168</b>	<b>11.816</b>

As apurações de imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido foram realizadas de acordo com o Regime Tributário de Transição (RTT), que permite a pessoa jurídica eliminar os efeitos contábeis das novas práticas contábeis por meio de registros no livro de apuração do lucro real (LALUR) ou de controles auxiliares, sem produzir modificações na escrituração contábil.

## 9 Contas a receber por alienação de investimentos

Em 25 de agosto de 2011, a Companhia alienou, para a CMP Participações Ltda., conforme Contrato de Venda de Quotas e Outras Avenças, parte das operações de sua controlada Empresa de Ônibus Pássaro Marron Ltda., que explorava principalmente os serviços de transportes de passageiros no âmbito municipal e metropolitano da Grande São Paulo, intermunicipal rodoviário, suburbano e interestadual, abrangendo os estados de São Paulo e Minas Gerais, ficando apenas com a exploração de serviços de transportes de passageiro no âmbito metropolitano da Grande São Paulo (Airport Bus Service).



O saldo a receber encontra-se registrado na rubrica contas a receber por alienação de investimento no ativo.

A transação teve anuência de todos os órgãos regulamentadores da controlada Empresa de Ônibus Pássaro Marron Ltda. (ANTT, SEAE, Infraero, ARTESP e EMTU), no período compreendido entre o final de 2011 e início de 2012.

## 10 Investimentos

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Investimentos mensurados por equivalência patrimonial	100.408	110.974	1.253.266	2.507.051
Outros investimentos, líquidos de provisão para perdas	37	37	37	37
	100.445	111.011	1.253.303	2.507.088

As informações da Controladora sobre as participações societárias avaliadas pela equivalência patrimonial estão apresentadas como segue:

	Capital social	Lucro do exercício	Patrimônio líquido	Participação no capital da investida	Investimento		Equivalência	
					2014	2013	2014	2013
Serveng-Civilsan	800.000	234.133	993.153	100,00%	993.153	2.333.195	234.133	27.090
Serveng Transportes	50.985	(4.817)	114.017	100,00%	114.017	109.199	(4.817)	2.317
Eolicabras S/A	500	5.159	(7.045)	47,22%	(3.327)	(935)	2.436	(2.182)
Serveng Energias Renováveis	151.167	(3.875)	151.889	98,35%	149.382	65.592	(3.811)	(1.800)
Mineração São Luís Ltda.	3.857	156	24	100,00%	24	-	156	-
Mineração Jambreiro Ltda.	10	3	7	100,00%	7	-	3	-
Mineração Aparecia Ltda.	10	-	10	99,99%	10	-	-	-
Mineração Barueri Ltda.	-	-	-	100,00%	-	-	-	-
TTM	27.847	1.266	52.634	-	-	-	1.266	-
Pecuária Serramar	73.742	262	383.929	-	-	-	262	-
Total					1.253.266	2.507.051	229.628	25.425

## 11 Ativos financeiros

	Consolidado	
	2014	2013
Investimentos mensurados ao valor justo	932.018	1.073.140

Investimentos mensurados ao valor justo estão compostos por ações negociadas em Bolsa de Valores, as quais foram avaliadas ao mercado pelo preço da ação negociada na BM&FBOVESPA em 31 de dezembro de 2014. Basicamente nesta rubrica está registrado o valor justo de 60.400.000 ações ordinárias mantidas pela Companhia na CCR S.A.

## 12 Propriedade para investimentos

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Shopping Serramar	-	112.754
Imóveis em São José dos Campos	33	6.813
	33	119.567

### Movimentação das propriedades para investimentos

	<b>Shopping Serramar (a)</b>	<b>Imóveis em São José dos Campos (b)</b>	<b>Total</b>
<b>Saldo em 1º de janeiro de 2013</b>	<b>104.900</b>	<b>6.813</b>	<b>111.713</b>
Variação do valor justo	7.854	-	7.854
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>112.754</b>	<b>6.813</b>	<b>119.567</b>
Baixa por cisão	(112.754)	(6.780)	(119.534)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>	<b>-</b>	<b>33</b>	<b>33</b>

- (a) Refere-se ao Serramar Parque Shopping localizado em Caraguatatuba, construído pela Companhia, com o objetivo de auferir renda com aluguel de lojas e que entrou em operação em novembro de 2011. Esta propriedade para investimento está mensurada pelo valor justo baseado no fluxo de caixa descontado, apurado internamente por profissionais da Companhia; e
- (b) Imóveis em São José dos Campos referem-se a propriedades comerciais mantidas para renda com aluguéis, localizadas em São José dos Campos, estando mensuradas pelo método do valor justo baseado no fluxo de caixa descontado, apurado internamente por profissionais da Companhia.

A mensuração e o ajuste para valor justo são realizados anualmente na data de fechamento de balanço no final do exercício social.

## 13 Imobilizado

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Terrenos	38.510	477.992
Edifícios, construções e praças de pedágio	13.717	39.891
Máquinas e equipamentos	155.730	124.852
Veículos e embarcações	80.034	122.025
Equipamentos de informática	24	1.882
Móveis e utensílios	1.120	689
Obras em andamento e outros	8.181	761.711
Aerogeradores	682.070	-
Computadores e periféricos	1.602	-
Instalações e benfeitorias	29.323	-
Aeronave	31.726	-
	1.042.038	1.529.042

**Soares Penido Participações e  
Empreendimentos S.A.**  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2014 e 2013

	Taxa depreciação (a.a.%)	2014		2013	
		Custo	Depreciação acumulada	Saldo residual	Saldo residual
Terrenos		38.510	-	38.510	477.992
Edifícios, construções	2.8	22.622	(8.905)	13.717	39.891
Máquinas e equipamentos	4 a 25	282.977	(127.247)	155.730	124.852
Veículos e embarcações	10 a 25	194.852	(114.818)	80.034	122.025
Equipamentos de informática	20	24	-	24	1.882
Móveis e utensílios	10	3.162	(2.042)	1.120	689
Aerogeradores	3.3	700.124	(18.054)	682.070	-
Computadores e periféricos	20	6.855	(5.253)	1.602	-
Instalações e benfeitorias	4 a 25	30.261	(938)	29.323	-
Aeronave	5.5	54.470	(22.744)	31.726	-
Obras em andamento e outros		8.181	-	8.181	761.711
		1.342.038	(300.000)	1.042.038	1.529.042

### Movimentação do ativo imobilizado

	Saldo em 31/12/2012	Adições	Baixas	Transferências (+) (-)	Saldo em 31/12/2013
Terrenos	472.851	5.189	(48)	-	477.992
Edifícios e construções	57.859	-	-	(854)	57.005
Maquinas e equipamentos	147.105	35.639	(4.323)	16.302	194.723
Veículos	180.241	31.526	(5.127)	427	207.067
Móveis, utensílios e outros	1.698	-	(64)	227	1.861
Equipamentos de informática	7.856	-	(885)	725	7.696
Obras em andamento e outros	396.243	381.754	(89)	(15.915)	761.993
Aeronave	-	-	-	-	-
Instalações e benfeitorias	-	-	-	-	-
Aerogeradores	-	-	-	-	-
Computadores e periféricos	-	-	-	-	-
Total do custo	1.263.853	454.108	(10.536)	912	1.708.337
Depreciação acumulada	(154.239)	(32.572)	8.428	(912)	(179.295)
Valor residual do ativo imobilizado	1.109.614	421.536	(2.108)	-	1.529.042

	Saldo em 31/12/2013	Adições	Baixas	Transferências (+) (-)	Saldo em 31/12/2014
Terrenos	477.992	-	(471.630)	32.148	38.510
Edifícios e construções	57.005	5.205	(39.588)	-	22.622
Maquinas e equipamentos	194.723	29.978	(2.604)	60.880	282.977
Veículos	207.067	7.816	(18.520)	(1.511)	194.852
Móveis, utensílios e outros	1.861	1.301	-	-	3.162
Equipamentos de informática	7.696	-	(817)	(6.855)	24
Obras em andamento e outros	761.993	26.325	-	(780.137)	8.181
Aeronave	-	-	-	54.470	54.470
Instalações e benfeitorias	-	10.152	-	20.109	30.261
Aerogeradores	-	86.083	-	614.041	700.124
Computadores e periféricos	-	-	-	6.855	6.855
Total do custo	1.708.337	166.860	(533.159)	-	1.342.038
Depreciação acumulada	(179.295)	(127.674)	6.969	-	(300.000)
Valor residual do ativo imobilizado	1.529.042	39.186	(526.190)	-	1.042.038

## 14 Intangível

		<u>Consolidado</u>	
		2014	2013
Ágio pago na aquisição de investimentos		26.372	26.554
Direito de lavra		25.398	25.436
Direito contratuais de comercialização		1.966	1.999
Softwares		15.163	2.129
Outros		379	2.637
		<u>69.278</u>	<u>58.755</u>

		<u>2014</u>		<u>2013</u>	
	Taxa depreciação (a.a.%)	Custo	Amortização e exaustão acumulada	Saldo residual	Saldo residual
Ágio pago na aquisição de investimentos	(a)	26.372	-	26.372	26.554
Direito de lavra	(b)	28.355	(2.955)	25.400	25.436
Direito contratuais de comercialização	(c)	1.966	-	1.966	1.999
Softwares	20	27.887	(12.724)	15.163	2.129
Outros		377	-	377	2.637
		<u>84.957</u>	<u>(15.679)</u>	<u>69.278</u>	<u>58.755</u>

- (a) Ágio na aquisição de investimentos fundamentado em expectativa de rentabilidade futura do projeto eólico, adquirido pela Companhia em 2011, com expectativa de início das atividades em 2014;
- (b) A exaustão é calculada com base na quantidade de brita extraída em relação à possança da mina, limitando-se ao saldo registrado no custo de formação das jazidas. As jazidas existentes continuam sendo exploradas comercialmente, não havendo por enquanto razões econômicas que inviabilizem essa exploração;
- (c) Direitos contratuais serão amortizados a partir de 2014, ano que está previsto o início da operação comercial das empresas de produção de energia eólica.

## 15 Debêntures, empréstimos, financiamentos e outros

### a. Debêntures

		<u>Consolidado</u>		<u>Controladora</u>	
	Item	2014	2013	2014	2013
Debêntures (113,9% do CDI)	1	<u>300.604</u>	<u>223.478</u>	<u>300.604</u>	<u>223.478</u>
Circulante		77.271	76.811	77.271	76.811
Não circulante		223.333	146.667	223.333	146.667

**b. Empréstimos, financiamentos e outros**

	Item	Consolidado		Controladora	
		2014	2013	2014	2013
Banco Santander (TR + 11% a.a.)	2	-	44.226	-	-
Banco Itaú (113,5% do CDI)	3	15.102	-	15.102	-
Banco do Brasil (112% do CDI)	3	50.267	-	50.267	-
Banco Alfa (118,9% do CDI)	3	50.207	-	50.207	-
Financiamento de equipamentos (FINAME PSI 2)	4	67.347	64.422	-	-
Financiamento de equipamentos (BNDES Eólicas)	5	600.546	574.186	-	-
Outros financiamentos		13.915	36.211	-	-
<b>Total</b>		<b>797.384</b>	<b>719.045</b>	<b>115.576</b>	<b>-</b>
Circulante		193.232	45.782	115.576	-
Não circulante		604.152	673.263	-	-

- (1) Segunda emissão emitido em 05 de maio de 2013, pela controladora Soares Penido Participações, para implementação do projeto eólico, com vencimento em 36 meses, finalizando em 05 de maio de 2016. Está garantido por aval da controlada Serveng-Civilsan. Terceira emissão emitido em 05 de junho de 2014, pela controladora Soares Penido Participação, com vencimento em 60 meses, finalizando em 05 de junho de 2019. Está garantido por aval da controlada Serveng-Civilsan.
- (2) Financiamento a produção para a construção do Serramar Parque Shopping Ltda., controlada da Companhia. O prazo de amortização é de 131 meses, e está garantido por aval de acionistas da Companhia.
- (3) Capital de giro.
- (4) FINAME PSI 2 foram tomados com instituições financeiras para financiar aquisições de financiamentos de máquinas e equipamentos, estando sujeitos a encargos fixos de 4,5% a 5,5% ao ano e TJLP + juros que variam de 3,2 a 3,7% ao ano, com prazo de amortização mensal de até 60 meses. O valor financiado está garantido pela alienação fiduciária de equipamentos e aval de acionistas da Companhia;
- (5) Os empréstimos com o BNDES, captados pelas SPEs que integram o Projeto União dos Ventos, através de sua controladora Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A., controlada indireta da Companhia, tem como objetivo financiar a construção do parque eólico nas cidades de Pedra Grande e São Miguel do Gostoso no estado do RN, estando sujeitos a encargos fixos de 2,5% ao ano acima da TJLP, com prazo de amortização mensal de até 192 meses. O valor financiado está garantido pela alienação fiduciária da totalidade da receita proveniente da venda de energia elétrica pela Controlada Ventos Potiguares Comercializadora de Energia S.A. Esse financiamento possui indicador financeiro (covenant) anual em que o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida deve ser maior ou igual a 1,3, onde:  $(EBITDA - \text{Imposto de Renda e Contribuição Social}) / (\text{Soma dos pagamentos do principal} + \text{Juros em 12 meses})$ . O cálculo e consequente manutenção do índice conforme definido, deve começar a ser efetuado a partir da data de início de operação dos parques eólicos.

As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

Anos	Consolidado	Controladora
2016	270.503	192.847
2017	167.445	110.833
2018	90.514	37.500
2019	83.924	37.500
2020	75.708	37.500
2021 em diante	409.894	-
<b>Total</b>	<b>1.097.988</b>	<b>416.180</b>

## 16 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas às operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Companhia e seus controladores, controladas e coligadas.

Os saldos e transações estão demonstrados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
<b>Saldos</b>				
<b>Ativo circulante</b>				
Contas a receber de clientes:				
Serramar Parque Shopping	71.236	-	-	-
Acionistas	14.195	-	-	-
Pecuária Serramar Ltda.	1.591	1.560	-	-
Corumbá Concessões	-	3.966	-	-
Serveng Desenvolvimento Imobiliário Ltda.	9.373	3.208	-	-
Serveng Canuanã 1 Empreend. Imob. SPE Ltda.	-	788	-	-
Serveng Canuanã 2 Empreend. Imob. SPE Ltda.	-	33	-	-
	<u>96.395</u>	<u>9.555</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Ativo não circulante</b>				
Outras contas a receber:				
Serveng Civilsan S.A.	-	-	165.948	-
Serveng Energia Renováveis	-	-	1.800	-
Eolicabras	-	-	600	-
Serveng Transportes	-	-	1.198	-
Serveng Desenvolvimento Imobiliário	-	-	-	-
Condomínio do Serramar Parque Shopping	-	2.635	-	-
Corumbá Concessões S/A	38.195	38.195	-	-
Construquali Engenharia	-	344	-	-
Acionistas	-	9.010	-	1.696
	<u>38.195</u>	<u>50.184</u>	<u>169.546</u>	<u>1.696</u>
	<u>96.395</u>	<u>9.555</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Passivo circulante</b>				
Outras contas a pagar:				
Condomínio do Serramar Parque Shopping	-	1.418	-	-
Serveng Residencial Mogi	60	-	-	-
Pecuária Serramar	109	-	-	-
	<u>169</u>	<u>1.418</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Passivo não-circulante</b>				
Títulos a pagar:				
Serveng Transportes	-	-	46.607	46.607
Acionistas	102	-	102	-
	<u>102</u>	<u>-</u>	<u>46.709</u>	<u>46.607</u>

### Remuneração da Administração e da diretoria

Durante o exercício de 2014, os Administradores da Companhia e controladas receberam remuneração a título de honorários, no montante de R\$ 3.111 (R\$ 12.699 em 2013), sendo contabilizada como despesas com pessoal e encargos no grupo de despesas administrativas e gerais.

## 17 Impostos e contribuições a recolher

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Obrigações fiscais				
Tributos parcelados (a)	20.002	20.950	-	-
COFINS	10.745	10.420	-	-
ISS	23.541	12.018	-	-
PIS	2.067	1.906	-	-
ICMS	524	1.007	-	-
Obrigações previdenciárias	11.799	17.160	-	-
Outros	8.237	10.237	69	1.498
Total	76.915	73.698	69	1.498
Circulante	(57.939)	(58.088)	(69)	(1.498)
Não circulante	18.976	15.610	-	-

- (a) Tributos parcelados no montante de R\$ 20.002 estão compostos como segue: **(i)** R\$ 16.567 referentes aos débitos incluídos no processo de consolidação do Programa de Recuperação Fiscal - REFIS, obtido pela controlada Serveng com prazo de quitação entre 73 e 161 parcelas mensais, sujeito a atualização pela variação da SELIC; **(ii)** R\$ 1.061 referente ao saldo remanescente do parcelamento de ISS da Prefeitura de São Sebastião, obtido pela controlada Serveng, para ser pago em 100 parcelas mensais, atualizadas pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo;

As parcelas de longo prazo têm vencimento como segue:

Anos	Consolidado
2016	3.248
2017	3.248
2018	2.175
2019	1.647
2020	1.647
2021 em diante	7.011
Total	18.976

## 18 Provisão para contingências

### Controladora

	2014			2013
	Provisão	Depósito Judicial	Saldo Líquido	Saldo Líquido
Processos tributários	-	(14)	(14)	-
Processos cíveis	-	(1.706)	(1.706)	786
Processos trabalhistas	-	(98)	(98)	(40)
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>(1.818)</b>	<b>(1.818)</b>	<b>746</b>

### Consolidado

	2014			2013
	Provisão	Depósito Judicial	Saldo Líquido	Saldo Líquido
<b>Ativo</b>				
Processos tributários Corumbá	-	(25.357)	(25.357)	-
<b>Passivo</b>				
Processos tributários	3.893	(404)	3.489	3.270
Processos cíveis	9.846	(5.128)	4.718	28.233
Processos trabalhistas	35.407	(6.278)	29.129	8.634
<b>Total</b>	<b>49.146</b>	<b>(11.810)</b>	<b>37.336</b>	<b>40.137</b>

A Companhia, suas controladas e empresas com controle compartilhado são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas prováveis com as ações em curso, como segue:

A Companhia e as empresas com controle integral possuem outras contingências passivas envolvendo o montante aproximado de R\$ 359.069 (R\$ 287.899 em 31 de dezembro de 2013), que foram avaliadas pelos assessores jurídicos como possíveis e, portanto, nenhuma provisão para perdas foi consignada nas demonstrações financeiras consolidadas.



## 19 Outros passivos

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
Honorários advocatícios	15.191	24.268	-	-
Obrigações assumidas por consórcios	50.608	45.920	-	-
Adiantamento de clientes	14.055	10.292	-	-
Contas a pagar partes relacionadas	271	1.418	46.709	46.607
Outros	7.035	13.232	3.678	3.642
	87.160	95.130	50.387	50.249
Total	87.160	95.130	50.387	50.249
Circulante	(40.496)	(62.102)	(36)	-
	46.664	33.028	50.351	50.249
Não circulante	46.664	33.028	50.351	50.249

## 20 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2014 o capital social da Companhia era de R\$ 1.012.520 (R\$ 1.100.000 em 2013), representado por 1.066.824.805 (1.274.551.556 em 2013) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

### b. Reserva de lucros

- **Reserva de desapropriação**

Decorre de recursos líquidos recebidos ou apropriados por desapropriação de terras.

- **Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado no final de cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

### c. Dividendos e Juros sobre capital próprio

Os dividendos são reconhecidos no passivo no exercício em que são propostos pela Administração e aprovados em Assembleia Geral de Acionistas.

### d. Ajuste de avaliação patrimonial

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial inclui o ajuste por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, líquido dos efeitos tributários, registrados pelas empresas controladas.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para os lucros acumulados integral ou parcialmente, quando da alienação e/ou depreciação dos ativos a que elas se referem.

## **21 Gerenciamento de riscos**

### **a. Identificação e valorização dos instrumentos financeiros**

A Companhia opera com instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, incluindo aplicações financeiras, contas a receber, contas a pagar a fornecedores e empréstimos, financiamentos. Adicionalmente, a Companhia não opera com instrumento financeiro derivativo.

Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis aproximam-se dos valores justos.

### **b. Caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar**

Os valores contabilizados aproximam-se dos de realização.

### **c. Política de gestão de riscos financeiros**

A Companhia possui e segue política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa.

A companhia e suas controladas apresentam exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

#### ***Risco de crédito***

É o risco de prejuízo financeiro da Companhia e suas controladas caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem, também, dos recebíveis de clientes de suas controladas.

A exposição da Companhia e suas controladas ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. A Companhia e suas controladas estabeleceram uma política de crédito sob a qual todo o novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes dos termos e das condições padrão de pagamento.

As controladas estabelecem uma provisão para créditos de liquidação duvidosa que representa sua estimativa de perdas incorridas com relação às contas a receber de clientes. O principal componente desta provisão é específico e relacionado a riscos significativos individuais.

Em 31 de dezembro de 2014 a exposição máxima era de R\$ 507.867 (R\$ 365.824 em 31 de dezembro de 2013) referente ao caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e as contas a receber.

### ***Risco de liquidez***

É o risco em que a Companhia e suas controladas irão encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia e suas controladas na administração de liquidez são de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia e suas controladas.

A tabela a seguir demonstra em detalhes o vencimento dos passivos financeiros contratados:

Operação	De 2 a Acima de			Total
	Até 1 ano	5 anos	5 anos	
Fornecedores	94.565	-	-	94.565
Debêntures, empréstimos, financiamentos e outros	270.503	827.485	-	1.097.988
Outras contas a pagar	40.337	46.562	-	86.899
Total	<u>405.405</u>	<u>874.047</u>	<u>-</u>	<u>1.279.452</u>

Tipicamente, a Companhia e suas controladas garantem que possuem caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 60 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras, isto exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

### ***Risco de mercado***

Risco de taxas de juros e inflação: o risco de taxas de juros decorre da parcela da dívida referenciada ao TJLP, IPCA, IPC, IGPM e CDI e aplicações financeiras em CDI, que podem afetar negativamente as receitas ou despesas financeiras caso ocorra um movimento desfavorável nas taxas de juros e inflação. A exposição deste risco está demonstrada abaixo na análise de sensibilidade.

### ***Risco operacional***

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e suas controladas e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. O objetivo da Companhia e suas controladas é administrar o risco operacional e risco na qualidade de serviços para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Companhia e suas controladas.

### ***Gestão de capital***

A política da diretoria é manter uma sólida base de capital para manter a confiança do credor e mercado e manter o desenvolvimento futuro do negócio.

*Análise de instrumentos financeiros*

É apresentada a seguir uma tabela de comparação por classe de valor contábil e do valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia:

	Valor Contábil		Valor Justo	
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13
<b>Ativos Financeiros</b>				
Caixa e equivalentes de caixa	115.450	63.598	115.450	63.598
Aplicações financeiras	26.483	29.295	26.483	29.295
Contas a receber de clientes	462.329	282.486	462.329	282.486
Outros créditos	22.929	21.614	22.929	21.614
Ativo financeiro	932.018	1.073.140	932.018	1.073.140
<b>Total</b>	1.559.209	1.470.133	1.559.209	1.470.133
<b>Passivos Financeiros</b>				
Fornecedores	94.565	101.671	94.565	101.671
Debêntures, empréstimos, financiamentos e outros	1.097.988	942.523	1.097.988	942.523
Dividendos a pagar	13.524	11.504	13.524	11.504
Outras contas a pagar	87.160	95.130	87.160	95.130
<b>Total</b>	1.293.237	1.150.828	1.293.237	1.150.828

Os valores desses instrumentos reconhecidos no balanço patrimonial não diferem dos valores justos.

- Contas a receber de clientes e fornecedores se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo destes instrumentos.
- Empréstimos e financiamentos são corrigidos conforme contrato e representam o saldo a ser liquidado na data do encerramento das obrigações contratuais.

Instrumentos financeiros por categoria:

	31/12/14			31/12/13		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
<b>Ativos Financeiros</b>						
Caixa e equivalentes de caixa	115.450	-	-	63.598	-	-
Aplicações financeiras	-	26.483	-	-	29.295	-
Contas a receber de clientes	462.329	-	-	282.486	-	-
Outros créditos	22.929	-	-	21.614	-	-
Ativo financeiro	932.018	-	-	1.073.140	-	-
	1.532.726	26.483	-	1.440.838	29.295	-
<b>Passivos Financeiros</b>						
Fornecedores	-	-	94.565	-	-	101.671
Debêntures, empréstimos, financiamentos e outros	-	-	1.097.988	-	-	942.523
Dividendos a pagar	13.524	-	-	11.504	-	-
Outras contas a pagar	-	-	87.160	-	-	95.130
	13.524	-	1.279.713	11.504	-	1.139.324

### **Hierarquia de valor justo**

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, por níveis de hierarquia do valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2: inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseados e dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Os instrumentos financeiros não derivativos avaliados a valor justo são as aplicações financeiras que foram classificadas no Nível 2.

### **Análise da sensibilidade dos ativos e passivos financeiros**

Os principais riscos atrelados às operações da Companhia estão ligados a variação da TJLP, CDI, IPCA, IGPM e IPC, para financiamentos e CDI para aplicações financeiras.

As aplicações com CDI estão registradas a valor de mercado, conforme cotações divulgadas pelas respectivas instituições financeiras e os demais se referem, em sua maioria, a certificado de depósito bancário, portanto, o valor registrado desses títulos não apresenta diferença para o valor de mercado.

Com finalidade de verificar a sensibilidade do indexador nas aplicações financeiras ao qual a Companhia estava na data base de 31 de dezembro de 2014, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base em projeções divulgadas por instituições financeiras, foi obtida a projeção do CDI para os próximos 12 meses, cuja média foi de 11,57% para o ano de 2014 e este definido como cenário provável; a partir deste, foram calculadas de 25% a 50%.

<b>Operação</b>	<b>Saldo em 31/12/14</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário I (Provável)</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>
Aplicações financeiras	120.046	CDI	11,57%	8,68%	5,79%
Receita financeira			<u>13.889</u>	<u>10.420</u>	<u>6.951</u>

Com o objetivo de verificar a sensibilidade do indexador nas dívidas ao qual a Companhia está exposta na data de 31 de dezembro de 2014, foram definidos 03 cenários diferentes. Com base nos valores da TJLP, IPCA, IPC, IGPM e CDI vigentes em 31 de dezembro de 2014, foi definido o cenário provável para o ano de 2015 e a partir deste, calculadas variações de 25% e 50%.

Para cada cenário foi calculada a despesa financeira bruta não levando em consideração incidência de tributos e o fluxo de vencimentos de cada contrato programado para 2014. A data base utilizada para os financiamentos foi 31 de dezembro de 2014 projetando os índices para um ano e verificando a sensibilidade dos mesmos em cada cenário.

<b>Operação</b>	<b>Saldo em 31/12/14</b>	<b>Risco</b>	<b>Cenário I (Provável)</b>	<b>Cenário II</b>	<b>Cenário III</b>
Financiamentos	1.097.988		54.899	68.624	83.349
Taxa sujeita à variação		TJLP	5,00%	6,25%	7,50%

## 22 Receita operacional líquida - Consolidado

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Receita operacional bruta	1.560.012	1.402.771
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(137.703)	(114.950)
Taxas diversas, devoluções e abatimentos	(4.308)	(24.972)
	<u>(142.012)</u>	<u>(139.922)</u>
	<u>1.418.000</u>	<u>1.262.849</u>

## 23 Despesas administrativas, comerciais e gerais

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
Despesas com pessoal e encargos sociais	(85.667)	(87.222)	-	-
Serviços de terceiros	(67.012)	(28.380)	(6.693)	(3.649)
Doações e outros	(16.752)	(1.058)	-	-
Depreciação e amortização	(16.641)	(10.254)	-	-
Despesas tributárias	(4.528)	(19.488)	(124)	(56)
Outros	(30.792)	(36.277)	(128)	(2)
	<u>(221.392)</u>	<u>(182.679)</u>	<u>(6.945)</u>	<u>(3.707)</u>

## 24 Resultado Financeiro Líquido

	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	
	<b>2014</b>	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2013</b>
<i>Receitas financeiras</i>				
Juros sobre precatórios	40.641	34.095	-	-
Rendimentos das aplicações financeiras	9.252	11.944	4.200	268
Juros recebidos ou incorridos	6.051	8.146	4.081	8.146
Outras	3.052	5.418	54	-
	<u>58.996</u>	<u>59.603</u>	<u>8.335</u>	<u>8.414</u>

**Soares Penido Participações e  
Empreendimentos S.A.**  
Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2014 e 2013

	Consolidado		Controladora	
	2014	2013	2014	2013
<b><i>Despesas financeiras</i></b>				
Perda na mensuração de ativos financeiros ao valor justo	(141.859)	(101.621)	(146.721)	-
Juros pagos ou incorridos	(87.318)	(43.235)	(32.562)	(18.261)
Variações monetárias passivas	(225)	(1.961)	-	-
Outras	(9.876)	(4.326)	(2.910)	(1.089)
	<u>(239.278)</u>	<u>(151.143)</u>	<u>(182.193)</u>	<u>(19.350)</u>
	<u>(180.282)</u>	<u>(91.540)</u>	<u>(173.858)</u>	<u>(10.936)</u>

\* \* \*

## A Diretoria

### Contabilidade

Andre Luis Morais  
Contador CRC 1SP 198135/O-7